

2019

PLANO INTEGRADO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA ZEIS PICI

Plano de Trabalho para
Elaboração da PIRF ZEIS
Pici



IMAGEM: LARA BARREIRA

CAROLINA



**Prefeitura de
Fortaleza**
Instituto de Planejamento
de Fortaleza



FUNDAÇÃO CETREDE
FUNDAÇÃO DE APOIO À CULTURA, À PESQUISA E AO
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ**

PROJETO

PLANOS INTEGRADOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL:

BOM JARDIM

PICI

POÇO DA DRAGA

**PRODUTO 1: PLANO DE TRABALHO PARA
ELABORAÇÃO PIRF DA ZEIS PICI**

FORTALEZA

2019



FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO

Coordenadora geral Irllys Alencar Firmo Barreira

Equipe técnica Genilria Almeida Rios
Luíza Perdigão

Equipe de apoio Lorena Gomes
Nicolas Gonçalves e Costa
Vanessa Pereira

ARQUITETURA E URBANISMO

Coordenadora de área Clarissa Freitas

Equipe técnica Romeu Duarte
Newton Becker
Carlos Eugênio Moreira de Sousa
Mariana Quezado Costa Lima
Nággila Taíssa Silva Frota
Lara Barreira de Vasconcelos
Raquel Dantas do Amaral
Marcela Monteiro dos Santos
Aline Feitosa de Gois
Júlia Brito Mafaldo
Maria Eduarda Sousa Cavalcante
Pedro Vitor Monte Rabelo
Cícera Sarah Moura Farias
Ana Lívia Ferreira da Costa
Luíza Fonseca Pantoja
Denise Moreira Carvalho
Bárbara Soares Duarte
Manuela Teixeira Arias
Érika de Sousa Alves
Luana Rodrigues da Silva
Carolina Jorge Teixeira Guimarães
Débora Costa Sales
Luisa Fernandes Vieira da Ponte
Stelme Girão de Souza
Tainah Frota Carvalho
Lara Macedo Sousa



GEOGRAFIA

Coordenador de área Eustógio Wanderley Correia Dantas

Equipe técnica Adryane Gorayeb Nogueira Caetano
Alexandre Queiroz Pereira
Maria Elisa Zanella
Maria Clélia Lustosa Costa
Jader de Oliveira Santos
João Sérgio Queiroz de Lima
Fabiano Fontenele Farias
Mara Mônica Nascimento da Silva
Débora Maciel Castelo Holanda
Nara Gabrielle de Sousa Silva
Thomaz Willian de Figueiredo Xavier
Assíria Batista Santos
Liza Santos Oliveira
Giovannia Maria Candido da Silva
Felipe da Silva Freitas
Regina Balbino da Silva
Samantha Eufrásio Rocha

POLÍTICAS PÚBLICAS

Coordenadora de área Roselane Gomes Bezerra

Equipe técnica Suely Salgueiro Chacon
Ruy Aurélio Batista Rolim de Souza
Marcelo Rodrigues Rabelo
Valdiana Silva de Oliveira
Gabrielly SouSa Andrade
Larissa da Silva Ferreira
Naiara Tainá de Souza Maia
Gerardo Aguiar Vale Neto
Amon Elpídio da Silva
Luiz Wanderley Lima Filho

ECONOMIA

Coordenador de área Gil Célio de Castro Cardoso

Equipe técnica André Vasconcelos Ferreira
Maione Rocha
Catarina Maria Rabelo
Selma Maria Peixoto Alcântara
Thaís Gabriela Veras Gama
Nicole Stephanie Florentino de Sousa
Carvalho
Paulo Torres Junior
Lucas Moreira Pontes
Bruno Almeida Bandeira



Natanael Alves Ferreira

SOCIOLOGIA

Coordenadora de área Danyelle Nilin Gonçalves

Equipe técnica Irapuan Peixoto Lima Filho
Francisco Willams Ribeiro Lopes
João Miguel Diógenes de Araújo
Lima
Giovanna Lima Santiago Carneiro
Paula Cristina Barros Lopes
Jardelle Severo
Janaellen Alves de Lima
Ana Alice Lima de Sousa
Giovanna Freitas Rebouças
Natasha Martins de Matos Simões
Cláudio Renan Gadelha Rocha

DIREITO

Coordenadora de área Lígia Maria Silva Melo de Casimiro

Equipe técnica Beatriz Rêgo Xavier
Ana Caroline Nunes Martins
Eduardo Antônio Dias Cristino
Jacqueline Alves Soares
Higor Pinto Rodrigues
Lara Paula de Meneses Costa
Athirson Ferreira do Nascimento
Flora Elis Braga de Sousa Cidrack
Isabella Dantas Oliveira
João Vito Castro Silva
Layessa Edwiges Vieira Ferreira
Lorena Leôncio Alves
Natália Brito e Souza
Paloma Luciano do Nascimento
Ruth Ana Pereira de Araújo
Thaís Oliveira Bezerra de Sousa



MOBILIZADORES SOCIAIS

Andressa Bernardo
Brena Kelly Garcia Guerra
Carla Naiana Silva do Nascimento
Erlando Tabosa Albuquerque
Francisca Ione Fernandes da Silva
Jeferson Carvalho de Aquino
José Alberto Alves
José Ivan da Silva
Weiny Mesquita Limo Bezerra
Yago Joca Andrade

CONSELHO GESTOR DA ZEIS

Moradores (Titulares)	Gilvan de Souza Silva Francisco Fernando Martins Jackeline Alves França Maria José Moises de Almeida Antonio Leonor de Maria Vilguemberg Silva do Nascimento Djalma Pereira Lima
Moradores (Suplentes)	Maria das Dores Vieira Pereira Antonio Jose de Jesus
Org. Civil (Titular)	Taramela – Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade
Org. Civil (Suplência)	Espaço Cultural Frei Tito de Alencar - ESCUTA
Gabinete do Prefeito	Gilvan Brito de Oliveira Ana Lúcia Castelo Branco
IPLANFOR	Armando Elísio Gonçalves Silveira Gérsica Vasconcelos Goes
HABITAFOR	Francisco Soares Neto Francisco Joatan Rocha Carneiro
CEPS	John Herbert Katia Rodrigues
SEUMA	Maria Águeda Pontes Caminha Muniz Marina Cavalcante Hissa
Secretaria Regional III	Maria Luiza de Oliveira Sena Hilnah Pinheiro Moreira
Câmara Municipal de Fortaleza	Vereador Michel Lins Vereador Adail Júnior



EQUIPE TÉCNICA - Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR)

Superintendente:

Eudoro Walter de Santana

Diretoria de Integração e Articulação de Políticas (DIART):

Diretora: Juliana Mara de Freitas Sena Mota

Gerência de Integração de Políticas Públicas:

Gerente: Joana e Silva Bezerra Kesselring

Gerência de Gerência de Políticas para Zonas Especiais:

Gerente: Natália Nunes Saraiva

Analistas de Planejamento e Gestão:

Armando Elísio Gonçalves da Silveira

Gérsica Vasconcelos Góes

Haroldo Soares Lopes Filho

Comissão Técnica para o acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato 025/2019 (IPLANFOR/FUNDAÇÃO CETREDE):

Ana Elisa Pinheiro Câmpelo de Castro

Ellen Garcia de Silveira

Gérsica Vasconcelos Goes

Haroldo Lopes Soares Filho

SUMÁRIO

RESUMO.....	9
META.....	9
METODOLOGIA GERAL DO TRABALHO.....	9
PRIMEIRA ETAPA.....	11
SEGUNDA ETAPA.....	15
TERÇA ETAPA.....	23
QUARTA ETAPA.....	25
QUINTA ETAPA.....	27
SEXTA ETAPA.....	29
SÉTIMA ETAPA.....	34
OITAVA ETAPA.....	38
SÍNTESE DOS PRODUTOS A SEREM APRESENTADOS E CRONOGRAMA	39
REFERÊNCIAS.....	40

RESUMO

O presente produto apresenta o Plano de Trabalho da equipe da Universidade Federal do Ceará, contendo exposição das etapas de planejamento que serão elaboradas tendo em vista a construção do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) referente às zonas especiais de proteção social (ZEIS) do Poço da Draga, Pici e Bom Jardim. Nesse sentido será exposta, neste documento, a programação detalhada das atividades, considerando a meta fundamental de elaboração dos PIRF, o tempo necessário para a execução das tarefas de cada etapa e os meios empregados. Destaca-se, no conjunto, a necessária existência de saberes especializados, levando em conta que a equipe de coordenação pertencente à Universidade Federal do Ceará possui *expertise* técnica e acadêmica diversificada para a elaboração dos produtos de natureza intelectual exigidos na proposta. Às especialidades da Universidade envolvendo distintas áreas do conhecimento, somam-se os saberes das comunidades que serão fundamentais para eficácia do processo participativo em todas as etapas de elaboração dos PIRF. A proposta de trabalho será efetivada por meio de contrato entre o IPLANFOR, órgão público competente para implantação dos PIRF, e a Fundação CETREDE da Universidade Federal do Ceará.

META

O objetivo geral da proposta de trabalho é construir o Plano Integrado de Regularização Fundiária das ZEIS localizadas no Poço da Draga, Pici e Bom Jardim, com vistas à elaboração de sete produtos cujos conteúdos se encontram explanados ao longo deste documento. No presente documento, são detalhadas as atividades a serem realizadas na ZEIS-PICI.

METODOLOGIA GERAL DO TRABALHO

A interdisciplinaridade da equipe constitui uma característica que pode ser considerada essencial para a *expertise* de um trabalho que exige relação permanente entre diversas áreas do conhecimento. A Sociologia, a Geografia, a Economia, o

Direito, as Políticas Públicas e a Arquitetura constituem áreas cujas especializações contribuirão para a pesquisa e a elaboração do PIRF. Consideramos o espaço como vetor conceitual comum de articulação entre saberes, atentando para as suas projeções temporais específicas na interação das ZEIS com a cidade. Observaremos as formas efetivas de uso comunitário das áreas, incluindo percepções de legalidade e organização das ZEIS em sua expressão física, simbólica, geográfica e econômica.

A estratégia de execução do trabalho envolve ampla participação dos moradores pertencentes às ZEIS e, nesse sentido, a metodologia de estudo deverá tomar as instâncias de representação como mediadoras do conjunto das atividades. Entendemos a participação como processo não espontâneo, mas construído na escuta das demandas das comunidades e na tentativa de tradução nos moldes do planejamento. Supõe a existência de um saber comunitário baseado em vivências e percepções sobre formas de morar e conceber o espaço urbano.

O desafio do PIRF é aproximar saberes baseados em referências legais e ambientais, promovendo ampla participação de diferentes segmentos da comunidade. Nesse sentido se torna relevante compreender e trabalhar com eventuais divisões comunitárias, reconstruindo pactos e crenças na possibilidade de melhoria das condições de moradia.

O trabalho implica também construir diálogo entre o conhecimento sobre o que está planejado para aquela área pela gestão municipal e o que a comunidade apresenta após o levantamento de dados pelas equipes competentes do Projeto, visando cotejar e tornar eficaz com o que está previsto na proposta das ZEIS.

O início do trabalho demanda a difusão da proposta junto à comunidade e a instalação de uma infraestrutura de apoio tanto na Universidade como nas comunidades envolvidas no processo.

A contratação de mobilizadores sociais da comunidade será fundamental para instituir a adesão ao trabalho coletivo a ser desenvolvido, assim como a sensibilização dos moradores no exercício continuado do trabalho de planejamento que supõe estratégias de elaboração de prioridades.

PRIMEIRA ETAPA

DIFUSÃO DO TRABALHO E MOBILIZAÇÃO JUNTO À COMUNIDADE-ZEIS PICI

Estão previstas reuniões iniciais de explanação e discussão do trabalho, uma das quais convocada pela Reitoria da UFC, tendo em vista a formalização do contrato feito com a Fundação CETREDE, Conselhos Gestores e equipe de execução do Projeto. As reuniões iniciais feitas com os moradores da ZEIS - PICI têm por objetivo discutir conjuntamente a implantação das oficinas, a contratação de mobilizadores sociais e a metodologia de funcionamento da elaboração do PIRF.

Ressalta-se o fato de que os moradores já vêm, há algum tempo, refletindo e apresentando propostas sobre as ZEIS, sendo fundamental recuperar a memória dessa discussão com perspectiva de construir uma sintonia entre saberes. Nesse sentido, as reuniões iniciais terão por meta apresentar o Planejamento Estratégico e fazer os ajustes necessários, tendo em conta a importância da participação e compreensão das implicações várias concernentes à elaboração do PIRF.

Em síntese, estão previstas as seguintes atividades para difundir e incrementar o trabalho de elaboração do PIRF:

- 1- Seleção de mobilizadores sociais com critérios sugeridos pelos conselhos gestores e coordenadores da Proposta;
- 2- Seminários envolvendo coordenadores de áreas e participantes (professores e alunos) com objetivo de organização e divisão de trabalho na coleta de informações;
- 3- Estratégias de mobilização comunitária envolvendo escolas, meios locais de comunicação e demais veículos capazes de difundir a importância da proposta de trabalho;
- 4- Realização de reuniões com o Conselho Gestor da ZEIS-PICI para o planejamento das atividades, a metodologia operacional das oficinas e o cronograma de trabalho;
- 5- Criação de material gráfico para divulgação de eventos, atividades cotidianas e oficinas;
- 6- Definição de metodologias de participação para as oficinas de capacitação;

- 7- Identificação de locais para a realização das reuniões e a distribuição de material de divulgação;
- 8- Oficinas com lideranças locais, envolvendo presença efetiva da comunidade para apresentação e esclarecimentos sobre a construção participativa do PIRF, além de temas relacionados à participação comunitária, governança, regras jurídicas, desenvolvimento social e integração de políticas e programas do município;
- 9- Palestras de especialistas sobre temáticas relevantes concernentes à estrutura urbana da cidade e ao espaço público.

UTILIZAÇÃO DE SALAS NA UNIVERSIDADE

O Laboratório de Estudos de Política, Educação e Cultura (LEPEC) dispõe de sala, computador e infraestrutura mínima, capaz de agregar bolsistas, funcionando como local de organização do material. Há um computador com acervo de documentos já disponíveis sobre a ZEIS e de relatórios contendo experiências de outras cidades, que serão importantes para a reflexão permanente a ser feita durante todo o processo, além de permitir a troca de experiências entre bolsistas da UFC. Os demais laboratórios e grupos de pesquisa de coordenadores envolvidos estarão disponíveis para colaborar na organização de armazenamento de dados, além de disporem de ambiente para realização de reuniões necessárias ao encaminhamento do trabalho.

A sala do Centro de Humanidades vem funcionando como local de reunião geral dos participantes da proposta, viabilizando seminários e encontros entre professores das várias áreas. O referido espaço também acolherá reuniões com as comunidades em situações nas quais ocorram atividades referentes ao conjunto das ZEIS.

INSTALAÇÃO DO ESCRITÓRIO DE CAMPO

Será instalado um espaço de trabalho na ZEIS-PICI que funcionará como local de organização e congregação de atividades. É importante enfatizar que o

escritório do projeto constitui uma demanda já feita pelas comunidades que consideram ser essa uma maneira de aproximar a população e os profissionais envolvidos no projeto. Em consenso com as demais equipes e moradores, será definido um protocolo de uso do Escritório de Campo, esclarecendo atividades adequadas e fundamentais ao desenvolvimento do trabalho.

As atividades envolvem participação das equipes das diversas áreas, especialmente bolsistas treinados para desenvolver pesquisa, assistência às demandas por informação, incentivo à participação e organização de documentação, incluindo organização de biblioteca.

Especificamente a equipe de Arquitetura pode tirar dúvidas sobre o papel do PIRF no sistema de planejamento urbano de Fortaleza e orientar moradores sobre pequenas reformas em curso. É possível também a realização de oficinas de endereçamento das ruas da ZEIS, tendo em vista a desorganização no sistema viário.

A equipe do Direito ficará disponível para tirar dúvidas sobre as questões fundiárias, analisando documentos de compra e venda, títulos de propriedades etc.

As equipes da Geografia e Sociologia estarão fortemente presentes na etapa do diagnóstico e elaboração de mapas sociais. A oficina será um lugar de exposição desses mapas que serão acrescidos de informação pela comunidade.

A equipe de Sociologia contribuirá ainda na organização de documentos e biblioteca, buscando tornar o escritório de campo um lugar de memória da vida comunitária.

A equipe de Políticas Públicas e de Sociologia será forte interlocutora junto aos mobilizadores sociais, considerando a possibilidade de ampliar a participação de moradores pertencentes às diversas áreas da ZEIS-PICI.

A equipe de Economia ficará à disposição para atender os empreendedores locais, apresentando e refletindo programas de fomento à atividade produtiva.

Os escritórios servirão durante o período do projeto para todas as equipes na realização de plantões de atendimento para orientação aos moradores e solução de dúvidas. Assim permitirão a guarda de material de trabalho, realização de reuniões e contato cotidiano com a população. Poderão, ainda, os escritórios constituírem um

local de organização de material bibliográfico capaz de incentivar uma futura biblioteca comunitária dotada de acervo de documentos.

Nas reuniões iniciais de trabalho junto com a comunidade, serão definidos o local, o mobiliário e os equipamentos para compor o *layout* do escritório.

SELEÇÃO DE AUXILIARES DE PESQUISA E MOBILIZADORES SOCIAIS

Os auxiliares de pesquisa que integrarão o Projeto serão selecionados nas diversas áreas de atuação, considerando-se o interesse e a experiência no exercício das atividades competentes. Terão a função de coletar informações e trabalhar com os professores e a comunidade nas diversas fases de duração do trabalho de elaboração do PIRF. Trata-se de atividade que supõe treinamento e capacitação técnica a ser feita pelos diferentes professores responsáveis pelos produtos. Estarão assim habilitados para realizar atas de reuniões, síntese das oficinas, transcrição de fitas e entrevistas.

Os mobilizadores requisitados nas comunidades em acordo com o Conselho Gestor terão papel relevante de auxiliar nas reuniões, convocando moradores, participando de oficinas e ajudando na síntese e na programação de atividades. Poderão, ao término do trabalho do PIRF, contribuir junto com as lideranças para ampliação de sociabilidade comunitária, aprimorando ações de cidadania entre os jovens. Serão, portanto, mediadores fundamentais na articulação e na continuidade de projetos coletivos.

Os critérios de seleção dos mobilizadores são os seguintes:

- 1 – Experiência de trabalho comunitário e bom relacionamento com os moradores da área.

A boa relação e a comunicação com os moradores são critérios relevantes, tendo em vista que os mobilizadores deverão ampliar a participação da comunidade nas reuniões e oficinas, atuando como mediadores da atividade de diagnóstico da comunidade.

- 2 – Ter disponibilidade de tempo para se dedicar às tarefas auxiliares no trabalho de elaboração do PIRF.

As atividades não exigem tempo integral, mas é importante que os mobilizadores disponham de ao menos 10 horas por semana para se dedicar ao trabalho comunitário.

3 – Localização da moradia.

É importante que os escolhidos morem em diferentes localidades da área, tendo em vista a necessidade de agregar ao projeto o maior número possível de moradores.

Para concorrer à “bolsa” de Mobilizador Social, é preciso:

- Ser morador da comunidade;
- Ter idade a partir de 18 anos;
- Ter disponibilidade de tempo (manhã e/ou tarde) durante a semana (podendo ser preciso o dia de sábado);
- Ser bem articulado e ter boa relação com as pessoas da localidade;
- Ser comunicativo e não ter inibição no contato com os moradores;
- Ser bom orador e ouvinte (saber lidar com as dúvidas dos moradores e técnicos da entidade quando as informações não estiverem claras);
- Ter escolaridade a partir do ensino fundamental (primeiro grau).

Quando da seleção, serão realizadas oficinas de treinamento com mobilizadores, utilizando material didático a ser difundido entre moradores sobre os modos de divulgação do trabalho do PIRF. A oficina irá explorar os recursos individuais dos mobilizadores, tendo em vista a possibilidade dos mesmos funcionarem como animadores e mediadores junto ao maior número possível de moradores.

SEGUNDA ETAPA

PLANO DE DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO, FÍSICO-AMBIENTAL, URBANÍSTICO E FUNDIÁRIO

Nesta etapa estão previstas as seguintes atividades: estudar e diagnosticar a caracterização físico-espacial e socioeconômica da população da ZEIS, realizando

o mapeamento de áreas de risco, e identificando a oferta de equipamentos públicos e de infraestrutura com mapeamento de demandas comunitárias.

Profissionais envolvidos – Todos os profissionais da equipe estarão envolvidos nessa etapa de diagnóstico geral que servirá de base aos trabalhos subsequentes.

Atividades – As atividades referentes ao diagnóstico serão realizadas tendo em conta a coleta de novo material e o aproveitamento de dados já existentes. Assim serão atualizados os equipamentos locais, as áreas de riscos e as demandas comunitárias. Ressalta-se o fato de que os mobilizadores sociais, indicados e selecionados pelo Conselho Gestor terão papel importante na atualização das informações, supondo as mudanças que se efetivam constantemente nas áreas.

Organização do material existente – Os estudantes bolsistas, sob orientação de profissional especializado, terão por tarefa inicial sistematizar e organizar estudos já realizados sobre o bairro onde está situada a ZEIS. A pesquisa será feita através de documentos, dissertações, teses e demais diagnósticos já realizados relacionados às áreas envolvidas.

Metodologia – Pretendemos realizar oficinas com mapas e organização de demandas comunitárias obtidas através de discussões em grupos de trabalho. Os mobilizadores terão função importante no agenciamento de lideranças jovens e na sensibilização da comunidade.

Oficinas – Estão previstas 3 oficinas referentes aos temas de áreas de risco, oferta de equipamentos públicos, infraestrutura, condições socioeconômicas e demandas comunitárias; inclui-se também o estudo histórico da ocupação e sentimento de pertença da comunidade ao território. A depender do andamento do trabalho, poderão ser incluídas mais oficinas, sobretudo em áreas caracterizadas por diversidades sócio econômicas. As comunidades poderão também propor novas oficinas decorrentes do andamento das discussões e da necessidade de aprofundamento de questões.

Grupos focais – Serão realizados grupos focais, envolvendo segmentos etários diferentes e locais significativos do ponto de vista cultural e espacial. Os grupos focais permitirão uma abordagem mais delimitada de questões referentes ao trabalho e modo de vida comunitária.

Mapas sociais – Serão elaborados mapas sociais indicativos das condições de vida

e trabalho que serão fundamentais para a construção do diagnóstico socioeconômico da área estudada.

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS MAPAS SOCIAIS

A cartografia social surge com o entendimento de que os mapas influenciam na construção da identidade socioespacial, como aponta Pickles (1999), apresentando um potencial de senso crítico desde sua ideia inicial. Para Gorayeb *et al.* (2015), o mapa não é somente o fim, sendo simultaneamente objetivo e produto. Torna-se também o início e o meio, sendo suas motivações, seus processos, suas etapas e suas representações fundamentais na elaboração do processo. Desta maneira, foi apropriado e é utilizado sob os contextos de conflitos e lutas sociais.

As Tecnologias de Informação Espacial habilitam as comunidades a fazerem mapas de suas terras e do seu uso, assim como afirmam a legitimidade de seus direitos tradicionais sobre os recursos, apropriando-se das técnicas e dos modos de representação do Estado (PELUSO, 1995). Ao longo das últimas décadas, o mapeamento participativo levou à demarcação e à assinatura bem sucedida de tratados sobre terras reivindicadas, compensação por perda de terra e formação de territórios indígenas (URIT, 2001) em experiências registradas na África, na Ásia e na América do Sul (PELUSO, 1995; FOX *et al.*, 2011).

Como defende Arango (2007), elementos contextuais como política, cultura, realidade social e memória são postos na construção cartográfica. Dessa forma, a característica do discurso no mapa se torna evidente. Aspectos feministas, literários e pós-colonialistas são incorporados, caracterizando uma democratização desse conhecimento (PAULSTON, 1996) como um instrumento empoderador.

Ascerald *et al.* (2008) ressaltam que é possível grupos geralmente excluídos e que vivem às margens de forma política e social identificarem elementos, entenderem fenômenos, representarem espacialmente sob as próprias percepções a realidade em que vivem e instrumentalizarem-se diante dos desafios socioambientais inseridos. Para o autor, é uma característica marcante que a cartografia social esteja inserida em contextos de justiça social e ambiental e lutas sociais. Os mapas sociais se tornaram, portanto, instrumentos contemporâneos de mobilização por

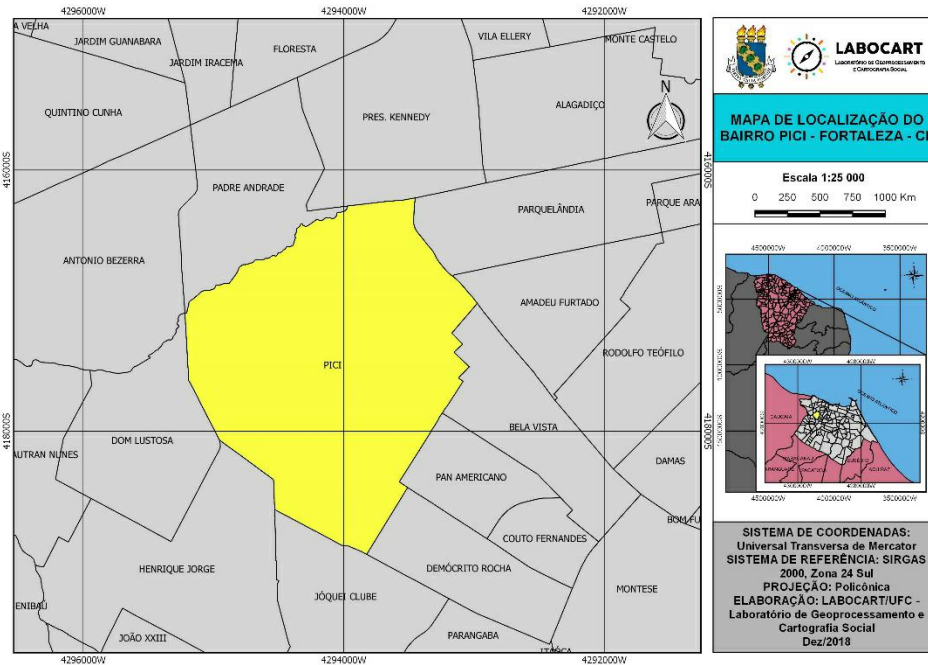
apresentarem uma alternativa no entendimento da realidade e da representação espacial e de condutas propositivas para o território.

Agregando-se à participação mobilizadora na técnica cartográfica, a cartografia social contribui na diversidade analítica dos mapas. Pickles (1999) explica que, no mapa social, é conferido um conhecimento em rede, de interligações e de movimentos, diferente, portanto, do que estamos acostumados em que as categorias são engessadas e as associações, limitadas. Ou seja, é um outro modo de fazer e entender os mapas. Como mostra Paulston (1996), os mapas sociais atendem às premissas tradicionais da cartografia, mas também contam uma história com atores sociais e perspectivas que representem os sujeitos atuantes do mapa.

Nessa perspectiva, os territórios das comunidades urbanas de Fortaleza (Figuras 1, 2 e 3) que serão mapeadas se caracterizam por estarem mais fortemente ligados ao campo simbólico do que as simples relações de poder, a propriedade ou o controle sobre um determinado espaço, onde o sentimento de pertencimento ao espaço urbano, à história, às lutas, à identidade, às práticas, às vivências e à religiosidade, entre outros, aglutinam-se formando uma conjuntura legitimadora dos territórios.

A cartografia social se apresenta como subsidiadora para a caracterização, a definição e a delimitação dos territórios em que se inserem essas comunidades, em especial a partir de ferramentas disponibilizadas pelo mapeamento participativo e pelas geotecnologias *open-source*. Assim, os mapas como resistência apropriam-se da cartografia disciplinada e da política vigente de modo a, explicitamente, oferecerem mapeamentos alternativos do espaço não representado pelas agências oficiais do Estado (CRAMPTON; KRYGIER, 2008).

**Figura 1 - Localização geográfica do bairro Pici
(setor oeste da cidade de Fortaleza)**



Considerando-se que o mapa é uma ferramenta potente de desvendamento, mas cujo domínio exige uma especialização que não é igualmente compartilhada entre os diferentes atores sociais, é imprescindível a familiarização dos sujeitos com a técnica cartográfica (ACSELRAD, 2008). A partir desse pressuposto, primeiramente, deverá ser realizado um levantamento bibliográfico e documental a respeito das comunidades a serem estudadas. Em sequência, será realizada uma revisão bibliográfica com o intuito de planejar e estabelecer as propostas, os materiais e os métodos que serão utilizados durante as oficinas de mapeamento, definindo as práticas didáticas a serem empregadas, assim como as técnicas de levantamento de informações de campo e os materiais que servirão de apoio.

Nesse contexto, serão realizadas oficinas de: 1) Introdução aos Conceitos e Procedimentos da Cartografia Social - 8 horas/ aula; 2) Manuseio e Prática com Receptores GPS (Sistema de Posicionamento Global) navegador - 4 horas/ aula; 3) Princípios Básicos e Conceitos de Cartografia: produção e linguagem cartográfica - 8 horas/ aula; 4) Introdução ao Sistema de Informação Geográfica Público Participativo (PPGIS) - 16 horas/aula; e 5) Atividades Práticas de Mapeamento Comunitário - Participativo - 20 horas/ aula. Essas oficinas serão ministradas com os líderes comunitários, os agentes comunitários, os professores, os estudantes e os moradores

interessados em geral. O objetivo principal será a aprendizagem das técnicas para o mapeamento dos territórios urbanos, considerando-se que o mesmo se fará em conjunto com os habitantes das comunidades.

Durante as oficinas, dar-se-á início à coleta participativa de dados com o uso do receptor GPS dos pontos de interesse das comunidades. Assim, cada comunidade poderá se auto-cartografar, levando-se em consideração os elementos culturais, sociais e históricos que são importantes para a identificação territorial de cada comunidade. Vale ressaltar que a fixação preliminar do arcabouço teórico será de fundamental importância para o cumprimento pleno das atividades de mapeamento social, uma vez considerado que é essencial e imprescindível a participação dos indivíduos na produção do mapa de seus territórios.

O momento seguinte consistirá na execução de entrevistas e reuniões com os moradores das comunidades para serem obtidas informações a respeito das concepções de território e cultura, tanto individuais quanto em confronto de ideias. Rodas de conversa, registros fotográficos, entrevistas, trilhas locais e anotações em cadernetas de campo são alguns exemplos na elaboração de uma estratégia metodológica da Cartografia Social (ASCERALD *et al.*, 2008; ALMEIDA; SANTOS, 2008; GORAYEB *et al.*, 2015). Para a construção do mapa social, é preciso compreender as realidades, as visões e as perspectivas ali contidas. O caminho para isso requer etapas e um certo tempo para alcançar as respostas. São importantes experiências que auxiliam o diálogo, a compreensão do outro, e podem potencializar nas representações, tais quais trilhas comunitárias, rodas de conversas, dinâmicas em grupos, dentre outras. Paulston (1996) fomenta que é imprescindível abordar os conceitos de identidade e território no percurso metodológico do mapa social.

A produção dos mapas experimentais dos territórios será feita em conjunto nas próprias comunidades (utilizando-se notebook e projetor de slides) e durante a oficina de PPGIS. Este processo será realizado continuamente até se chegar ao resultado esperado pela comunidade. Nessa última atividade, utilizar-se-ão os *softwares open-source QGIS*, fotografias aéreas de diferentes datas e imagens de satélite de alta resolução disponibilizadas gratuitamente.

O nível de participação da Cartografia Social sugere uma “social learning” definida por Collins e Ison (2006) pelo processo participativo em que as pessoas,

durante as etapas, desenvolvem uma cooperação e não somente interação ou consultas de informação. Dessa forma as etapas mencionadas na Figura 2 explicam o porquê de o mapa não ser unicamente o fim, mas também o meio, fazendo parte dos processos de investigação, representação e apropriação como instrumento. É possível afirmar, portanto, o quão complexa e delicada é a Cartografia Social, tornando-se fundamental estudá-la, discuti-la e, sobretudo, utilizá-la.

Figura 2 - Organograma do percurso metodológico da cartografia social (ALMEIDA, 2018)



Ressalta-se que o mapeamento terá como principal intuito representar graficamente os esforços mobilizadores dos movimentos sociais, descrevendo-os e georreferenciando-os com base no que é considerado relevante pela própria comunidade, privilegiando, para tanto, a diversidade das expressões culturais combinadas com distintas identidades coletivas.

Participação – A participação da comunidade durante toda essa etapa do trabalho pressupõe a elaboração conjunta das demandas e do diagnóstico das condições físico espaciais e socioeconômicas das áreas estudadas, envolvendo não só o Conselho

Gestor, mas outras lideranças que exercem papel relevante nos trabalhos coletivos comunitários.

DADOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES:

- 1- Delimitação geográfica das áreas;
- 2- Registro fotográfico inicial das áreas de trabalho;
- 3- Execução de 2 maquetes físicas da ZEIS: 1. topografia e 2. edificações;
- 4- Obtenção e análise preliminar de informações demográficas e socioeconômicas da população da ZEIS;
- 5- Mapeamento das Políticas Públicas que beneficiam o território (federais, estaduais e municipais);
- 6- Análise dos dados coletados pelo IBGE, IPLANFOR e IPECE sobre Sexo, Gênero, Condições de domicílio, Renda nominal e Escolaridade na ZEIS;
- 7- Mapeamento de Atividades econômicas; Atividades culturais; Equipamentos educacionais (e vagas, matrículas/ série e ano); Equipamentos de saúde (e leitos); Equipamentos sociais; Formas de organização comunitária (associações, igrejas etc.) e Organizações privadas;
- 8- Caracterização da Infraestrutura geral: Serviços urbanos; Saneamento (Água e esgoto); Drenagem pluvial; Coleta de lixo; Rede elétrica; e Transporte coletivo;
- 9- Identificação do Perfil socioeconômico do bairro: População, IDH e Indicadores de violência (homicídios, furto de automóvel, suicídio).

Como resultado dessa etapa, será finalizado o **DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO, FÍSICO-AMBIENTAL, URBANÍSTICO E FUNDIÁRIO**, que será entregue em **15 de outubro de 2019**.

TERCEIRA ETAPA

MINUTA DE NORMATIZAÇÃO ESPECIAL DE PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Esta etapa tem por objetivo elaborar, em conjunto com a população, normas especiais de parcelamento, edificação, uso e ocupação do solo específicas para a ZEIS, objeto deste projeto. Pretende também apresentar a análise das características tipológicas e morfológicas da ZEIS, subsídios para a definição de diretrizes urbanísticas e de intervenção que sejam adequadas à realidade local em conformidade com a infraestrutura do município.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS A PARTIR DAS INFORMAÇÕES DAS DEMAIS EQUIPES:

- 1- Realização de encontros com os moradores e o Conselho Gestor a respeito dos temas do parcelamento, da edificação, do uso e da ocupação do solo que levem em consideração a relação de acesso aos serviços e espaços públicos;
- 2- Estabelecer as diretrizes para a definição de índices e parâmetros urbanísticos específicos, tendo por base a leitura técnica resultante do diagnóstico e a leitura comunitária resultante das atividades de mobilização comunitária;
- 3- Definir os índices de controle urbanístico de acordo com as diretrizes previamente estabelecidas, observando a legislação existente e o que pode ser modificada a partir do diagnóstico alcançado;
- 4- Definir a normativa do lote padrão para os novos parcelamentos e as áreas mínimas e máximas dos lotes;
- 5- Estabelecer as normas mínimas de construção das unidades habitacionais considerando o conforto ambiental, a acessibilidade e as características das construções da ZEIS, recomendado pela equipe de arquitetura e urbanismo;
- 6- Estabelecer as regras relativas à redefinição de lotes e a finalidade do seu uso, buscando evitar a substituição do perfil de renda dos moradores, como

resultado dos investimentos urbanísticos realizados por meio de processos de gentrificação;

- 7- Estabelecer juridicamente os tipos de uso compatíveis com o residencial e os percentuais permitidos dentro da ZEIS, no sentido de assegurar que o território da ZEIS será destinado para a finalidade primária de Habitação de Interesse Social, seguindo diretrizes indicadas na Lei Federal 10.257/2001, bem como nas legislações locais;
- 8- Elaborar mapeamento dos imóveis que estariam em conformidade com a proposta e os que estariam em desacordo, com seus respectivos percentuais, em conjunto com a equipe de arquitetura e urbanismo;
- 9- Apresentar os levantamentos e os mapeamentos produzidos à comunidade, ao Conselho Gestor e ao IPLANFOR, incluindo o mapa e o quadro demonstrativo do número e do percentual de famílias a serem reassentadas ou remanejadas com a norma proposta;
- 10- Pactuar a proposta final da normatização especial de parcelamento, edificação, uso e ocupação do solo, que deverá ser apresentada como produto.

METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada será discutida com a equipe jurídica e de arquitetura e urbanismo no primeiro mês de atividades e será apresentada às comunidades envolvidas.

O trabalho jurídico nessa etapa depende do acesso à legislação que envolve toda a questão urbana dos locais estudados, para que possa ser estudada e relacionada, quando possível, às informações apresentadas pela equipe de arquitetura e urbanismo. Tal etapa não se consolida sem a apresentação dos dados referentes às características territoriais, de ocupação real, ambientais e ao uso feito pelas comunidades destinatárias do projeto.

É fundamental ao trabalho da equipe jurídica a disponibilidade de informações pelo Poder Público Municipal, Estadual e até Federal, para que a

elaboração das normativas sejam feitas em conformidade com as previsões da Lei Orgânica e do Plano Diretor Municipal.

Participação

A participação da comunidade durante toda esta etapa do trabalho pressupõe a elaboração conjunta das demandas e do diagnóstico das condições físicas espaciais e socioeconômicas das áreas estudadas, envolvendo não só o Conselho Gestor, mas outras lideranças que exercem papel relevante nos trabalhos coletivos comunitários.

Como resultado dessa etapa, será entregue uma **MINUTA DE NORMATIZAÇÃO ESPECIAL DE PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO** em **15 de novembro de 2019**.

QUARTA ETAPA

PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Esta etapa tem por objetivo desenvolver método para elaboração do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) das ZEIS, que aplique metodologia participativa de elaboração, definindo estratégias para a participação comunitária e o desenvolvimento social.

DIAGNÓSTICO FUNDIÁRIO

O diagnóstico fundiário é fundamental para a elaboração da proposta de Plano de Regularização Fundiária da ZEIS-PICI. A pesquisa fundiária destina-se à coleta de elementos descritivos que possam identificar a situação jurídica da área da ocupação, bem como informações cartográficas que permitam espacializar a área de intervenção do processo de regularização fundiária. Trata-se de buscas realizadas aos órgãos públicos e cartórios, em que se objetiva a obtenção de certidões, matrículas, decretos, registros gerais de imóveis, plantas de parcelamento e

memoriais descritivos, por meio de bases legais e confiáveis, com precisão compatível com o desenvolvimento do projeto.

Essa etapa norteia a definição em caráter preliminar da elaboração do plano e envolve o levantamento de informações sobre os imóveis dentro do perímetro da ZEIS e que estejam em processos administrativos, processos judiciais, cartório de registros de imóveis e tabelião de notas.

O material levantado sustentará a elaboração de relatório-diagnóstico, expondo o resultado da pesquisa documental e a análise da legislação aplicável. Nessa fase deverá ser informada a constituição da base fundiária da gleba: se particular, mista ou pública.

Se pública, deverá ser informada a origem da mesma (desapropriação, terras devolutas, terrenos de marinha, resultante de parcelamento de solo). Deverão ser analisadas todas as informações de matrículas de Cartórios, SPU etc.

Deverá ser feita uma análise pormenorizada de todos os elementos encontrados, inclusive os elementos gráficos, como levantamentos topográficos, plantas elaboradas, memoriais descritivos, todos aprovados ou não, e que será feita em acordo com a equipe de arquitetura e urbanismo.

Caberá ainda considerar a leitura e a sistematização dos seguintes documentos:

- Plano Diretor (PD): conteúdos relacionados com a ZEIS-PICI e com os seguintes instrumentos de política urbana: parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; possibilidades de outorga onerosa do direito de construir; transferência do direito de construir; operações urbanas consorciadas; em especial.
- Legislação de uso e ocupação do solo: conteúdos relacionados com a ZEIS.
- Legislação edilícia e de parcelamento do solo: conteúdos relacionados com normas específicas para a produção de Habitação de Interesse Social (HIS).
- Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS): conteúdos relacionados com: ZEIS; diagnóstico das necessidades habitacionais,

incluindo informações sobre os assentamentos precários (tipologia, mapeamento, caracterização); déficit habitacional e demanda de terra para novas unidades; disponibilidade de terra e mercado imobiliário.

METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada será discutida com a equipe jurídica e de arquitetura e urbanismo no primeiro mês de atividades e será apresentada às comunidades envolvidas.

O trabalho jurídico depende das atividades desenvolvidas pelas demais equipes, bem como das informações entregues à equipe pelo município e pelos moradores das ZEIS atendidas nesse processo. Ainda, será necessário levantar informações relacionadas às possíveis ações judiciais envolvendo imóveis ocupados em áreas de ZEIS. É fundamental ao trabalho da equipe jurídica a disponibilidade de informações pelo Poder Público Municipal, Estadual e até Federal.

Essa etapa tem como produto o **PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA** a ser entregue em **15 de dezembro de 2019**.

QUINTA ETAPA

PLANO URBANÍSTICO

Esta etapa tem por objetivo configurar padrões e projetos de urbanização associados às condições mínimas de salubridade edilícia, preservação ambiental e infraestrutura viária, levando em consideração as características de ocupação da ZEIS-PICI, com o objetivo de reduzir o número de remoções e reassentamentos.

O Plano Urbanístico será a síntese dos diálogos com os moradores realizados nas etapas anteriores. Pretende-se nessa etapa apresentar propostas de soluções para os principais conflitos de uso e ocupação do solo identificados, considerando as limitações existentes na estrutura fundiária do território e na normativa ambiental federal. Um aspecto fundamental nessa etapa será o diálogo com os representantes do poder público municipal junto ao Conselho Gestor da ZEIS, no sentido de criar condições de aprovação e execução das propostas contidas no plano

urbanístico. Vale ressaltar aqui a relação de interdependência que o plano urbanístico possui com as ações de regularização fundiária, de forma que as áreas identificadas como não passíveis de ocupação deverão ser transformadas em bens públicos e receber tratamento urbanístico e paisagístico adequado.

Conforme descrito no termo de referência, o plano urbanístico de cada ZEIS tem como conteúdo mínimo:

- 1- mapeamento das áreas não passíveis de ocupação, a fim de evitar futuras situações de risco e de baixa qualidade ambiental para a população residente da ZEIS;
- 2- propostas de intervenções de caráter urbanístico necessárias à recuperação física da área e à promoção da qualidade ambiental;
- 3- projeto de parcelamento e uso do solo;
- 4- estudo de viabilidade de implantação/complementação da infraestrutura básica (água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e drenagem);
- 5- relatório de compatibilização do sistema viário proposto com o sistema viário definido na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo vigente;
- 6- projeto de espaços livres de uso público (praças, parques ou demais áreas verdes);
- 7- relatório de necessidade de projetos e obras de contenção de riscos ambientais, geotécnicos, de inundações ou incêndios, quando necessário;
- 8- relatório quantificando a necessidade de projetos e obras de melhorias habitacionais;
- 9- relatório de indicação dos equipamentos sociais e comunitários demandados pela comunidade;
- 10- estabelecimento de priorização das intervenções segundo demandas da comunidade.

Essa etapa tem como produto o **PLANO URBANÍSTICO** a ser entregue em **15 de dezembro de 2019**.

SEXTA ETAPA

MAPEAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA)

Esta etapa tem por objetivo compreender a dinâmica de funcionamento do mercado de trabalho e os arranjos produtivos associados às condições de sobrevivência da comunidade. Pretende-se também verificar potencialidades de novos arranjos produtivos, tendo por referência os princípios da Economia Solidária, dos quais se tem a propriedade coletiva associada à liberdade individual (SINGER, 2002). Ao contrário do modelo hegemônico atual, nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), estimula-se a solidariedade e a prática da autogestão.

Além disso, busca-se verificar as potencialidades de novos arranjos produtivos, tendo por referência os elementos de diagnóstico que retratam as dimensões da realidade dos territórios/ZEIS e sua relação com a dimensão socioeconômica e produtiva. A esses elementos, acrescenta-se o processo de maturação dessa dimensão por ocasião dos processos de capacitação: oficinas e jornadas.

Para a elaboração do produto final, o caderno de geração de emprego e renda, prioriza-se metodologias que potencializem o envolvimento popular, fomentando Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). São estas: 1. Metodologia de gestão participativa, elaborada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); 2. Metodologia de construção de planos de negócios, utilizada pelo Banco do Brasil (BB) e Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG).

A Metodologia Gespar - Gestão Participativa para o Desenvolvimento foi construída no âmbito do convênio BNB/PNUD – BRA 93/012. Foi criada e sistematizada promovendo uma gestão participativa, buscando o desenvolvimento local endógeno, integrado e autossustentável (JORDÃO, 1999).

Essa metodologia se fundamenta em processos de capacitação focados na participação e na autonomia da população/moradores no olhar e no agir sobre a sua realidade, identificando e maturando sobre os fenômenos objetivos e subjetivos que dão materialidade à microeconomia e sua relação com as condicionalidades dos espaços e das políticas públicas fomentadoras de iniciativas de trabalho e renda. Ela

configura, portanto, proposições que atentam para a realidade das cadeias produtivas locais, das vocações e das potencialidades econômicas dos espaços urbanos, das boas práticas produtivas experimentadas pelos diferentes espaços e segmentos dos territórios/ZEIS, das instituições e entidades que atuam nas políticas de fomento às iniciativas de natureza socioeconômica e produtiva e, enfim, que oportunizem a ferramenta do diagnóstico socioeconômico contribuir efetivamente para aprimorar as iniciativas produtivas existentes, ao tempo que oferece indicações de outras iniciativas produtivas viáveis no contexto dos territórios/ZEIS.

A metodologia de construção de planos de negócios utilizada pelo Banco do Brasil (BB) e Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) segue princípios participativos e se adequa à proposta de inclusão e participação do PIRF. O plano de negócios alcança toda estratégica econômica do empreendimento, assim como sua inclusão na cadeia produtiva, sendo sua elaboração primordial para a inserção na sua cadeia produtiva (PARREIRAS, 2007).

Antes do detalhamento das atividades e do produto esperado da sexta etapa deste projeto, alguns pressupostos merecem a nossa atenção. Busca-se com isso assegurar a eficiência e a eficácia das atividades de Geração de Trabalho e Renda no contexto da realidade dos territórios/ZEIS, alargando, portanto, as experiências inovadoras para o fortalecimento da microeconomia local. Abaixo segue uma síntese de alguns desses pressupostos que orientam os processos de capacitação e a metodologia da sexta etapa do Projeto.

- Estímulo à participação efetiva dos moradores e/ou empreendimentos, dos conselhos gestores, das organizações de apoio e fomento às iniciativas de geração de trabalho e renda com vistas a oportunizar o protagonismo e a autonomia dos territórios/ZEIS na discussão e na tomada de decisão.
- Articulação e aproveitamento dos elementos de diagnóstico e dos produtos das etapas anteriores que revelam uma análise mais apurada das diversas dimensões da realidade dos territórios/ZEIS e que tem rebatimento na dimensão da microeconomia local.
- Articulação das políticas públicas de geração de trabalho e renda, identificando

e dimensionando a capacidade de oferta institucional pública e não governamental, as iniciativas produtivas em execução e as fontes de recurso disponível e/ou potencial, bem como os resultados desejados e alcançados.

- Reconhecimento da economia solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável para reordenar sinergicamente os fluxos econômicos de um território/ZEIS visando assegurar o bem-viver de sua população.

Os elementos básicos dessa estratégia são: [1] diagnosticar os fluxos econômicos que permeiam os territórios/ZEIS e as redes; [2] projetar o atendimento das necessidades e demandas existentes; [3] desenhar e construir circuitos econômicos solidários reorganizando as cadeias produtivas; e [4] adotar as melhores tecnologias sociais disponíveis para fortalecer os intercâmbios econômicos solidários entre os participantes/empreendimentos.

O trabalho desenvolvido nesta etapa tem se organizado considerando tais pressupostos. Nessa perspectiva, tem-se buscado realizar um levantamento junto as outras equipes dos projetos nas 3 áreas de ZEIS das intervenções governamentais e não governamentais. Ao conhecer essas ações, paralelas ao projeto PIRF, o próximo passo é promover uma aproximação com a comunidade por meio da interação entre a realidade local e a alternativa da economia solidária. Um exemplo de interação é o Projeto “Meu Bairro empreendedor”, que alcança o grande Bom Jardim. O projeto foi desenhado para desenvolver a economia local buscando elevar o capital humano, social e empresarial no território. Para isso, está prevista infraestrutura voltada para o estímulo a criação e o fortalecimento dos empreendimentos locais.

Nessa etapa do trabalho do projeto PIRF, serão desenvolvidas as seguintes atividades:

PROCESSOS	ATIVIDADES
Diagnóstico Socioeconômico e Produtivo	<ul style="list-style-type: none"> - Inventário de Estudos e Diagnósticos Socioeconômicos já existentes e socializados com o território/ZEIS. - Sondagem junto ao IDT/SINE, PMF, Superintendência Regional do Trabalho, Entidades Não Governamentais e Sindicatos para coleta e processamento de informações secundárias sobre o mercado de trabalho local. - Mapeamento de Concentração de Atividades Socioeconômicas e produtivas existentes. - Realização de inventário dos empreendimentos de economia solidária do território/ZEIS. - Identificação de instituições públicas e privadas de apoio e fomento aos empreendimentos de economia solidária. - Processamento e análise dos elementos de diagnóstico construídos nas etapas de 1 a 5 do Projeto com destaque para as dimensões/áreas de conhecimento <ul style="list-style-type: none"> * Caracterização físico-espacial, socioeconômica, físico-ambiental, urbanístico e fundiário da população da ZEIS-PICI. * Cartografia social – mapas sociais. * Parcelamento, edificação, uso e ocupação do solo que levem em consideração a relação de acesso aos serviços e espaços públicos, entre outras.
Oficinas, Jornadas e Eventos de Formação e Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões com os Conselhos gestores e Mobilizadores Sociais com vistas à identificação de necessidades de formação profissional para segmentos da força de trabalho local e propor projetos. - Oficinas e Jornadas <p>OFICINAS</p> <ul style="list-style-type: none"> * Oficina 1 - Diagnóstico Participativo * Oficina 2 - Desenvolvimento da Visão Econômica Solidária, Inovação e Planejamento Estratégico * Oficina 3 - Organização, Gestão [e Controle] Social <p>JORNADAS</p> <ul style="list-style-type: none"> * Jornada 1- Plano de Negócio * Jornada 2 - Estruturas organizacionais para a execução e gestão das iniciativas produtivas/Empreendimentos. <ul style="list-style-type: none"> - Difusão da ideia do Consumo Solidário e da Conscientização Ambiental. - Estímulo à formação de Cooperativas Populares. - Rediscussão com Bancos Públicos sobre a possibilidade de retomada do Programa de Apoio a Projetos Produtivos solidários.
Produto Geração de Trabalho e Renda	<p>Sistematização das informações de diagnóstico e formulação das ideias e proposições de Geração de Trabalho e Renda construídas no processo de execução da sexta etapa do Projeto.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração e revisão do Produto final da sexta etapa. - Socialização e validação do Produto pelo território/ZEIS.

Dois espaços relevantes em que as discussões ocorrerão são as oficinas e as jornadas. Serão realizadas três oficinas, as quais envolverão os moradores empreendedores, o conselho gestor e a equipe de mobilizadores, e duas jornadas, que alcançarão uma parcela maior da população local.

Oficinas

1º momento - Oficina 1 – Diagnóstico Participativo: As comunidades serão mapeadas em seus pontos fortes e fracos, suas oportunidades e ameaças (FOFA). Paralelo a

isso, será realizado um plano de ação imediato para ações mais urgentes na comunidade.

2º momento - Oficina 2 – Desenvolvimento da Visão Econômica Solidária, Inovação e Planejamento Estratégico. Neste momento traça-se as estratégias locais de médio e longo prazo.

3º momento – Oficina 3 – Organização e Gestão. Aqui se foca em uma estrutura organizacional que promova sustentação de atuação e desempenho das organizações que serão formadas no momento anterior.

Jornadas

Jornada 1 – Plano de negócios. Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) envolvidos no processo serão contemplados com a elaboração de seus planos de negócios.

Jornada 2 – Pensará juntamente com a comunidade as estruturas organizacionais de forma mais ampliada. A equipe fará uma aproximação às outras equipes e aos grupos locais, oferecendo o serviço de orientação sobre educação financeira e elaboração de orçamento familiar. Tal iniciativa promove uma aproximação entre as duas partes, fortalecendo os laços de confiança, e ao mesmo tempo formará cidadãos locais capazes de promover uma boa gestão financeira pessoal e em seu empreendimento.

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

O empreendedorismo tem se fortalecido em diversos países do mundo, incluindo o Brasil, como importante fator de desenvolvimento social e econômico, o qual está ligado diretamente à geração de emprego e renda (GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR, 2014). Considerando que as atividades empreendedoras em geral estão associadas à inovação, estão previstas as seguintes atividades:

- Identificação do potencial de empreendedores de pequeno porte existente na ZEIS;
- Criação de metodologias de fomento ao empreendedorismo e à inovação;

- Estímulo à criação de novos negócios na ZEIS.

Considerando-se a importância do microcrédito e possível implantação de Banco Comunitário, serão realizadas, de acordo com o desejo da comunidade, as seguintes atividades:

- Encontro dos programas de microcrédito das instituições públicas e privadas com as microunidades de produção da ZEIS;
- Sondagem junto aos pequenos negócios existentes e identificação das necessidades de financiamento;
- Estímulo à criação de Banco Comunitário, mediante metodologia específica.

Essa etapa tem como produto o **PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA** a ser entregue em **15 de dezembro de 2019**.

SÉTIMA ETAPA

PLANO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Esta etapa tem por objetivo construir, em conjunto com a população, instrumentos de monitoramento e avaliação de políticas públicas no âmbito do PIRF. Nessa etapa estão previstas as seguintes atividades:

- 1- Mapeamento das políticas públicas no território da ZEIS e no entorno de três quilômetros, a partir dos seguintes indicadores pré-estabelecidos: Segurança Pública, Saúde, Educação, Políticas de Trabalho e Renda, Cultura, Lazer, Esporte, Religião, Mobilidade, Políticas Ambientais, ONGs e Terceiro Setor;
- 2- Apresentação e discussão do mapeamento dos indicadores com a comunidade, objetivando verificar se os dados coletados condizem com a realidade do território, resultando na elaboração de mapas sociais;
- 3- Identificar as lideranças locais e as organizações comunitárias;

- 4- Capacitar as lideranças e os grupos representativos em processos de gestão comunitária sobre o papel das associações e dos grupos representativos de segmentos da população, sobre as questões de formalização e legalização das entidades representativas;
- 5- Definir estratégias e ações de fortalecimento das organizações existentes no território, de constituição e de formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social, estimulando a inserção da organização comunitária da área em movimentos sociais mais amplos e em instâncias de controle e gestão social;
- 6- Estimular a inserção da organização comunitária da área em movimentos sociais mais amplos e em instâncias de controle e gestão social;
- 7- Capacitar os mobilizadores sociais e as lideranças locais para divulgar campanhas educativas de saúde e de utilização e preservação da infraestrutura e dos serviços implantados, evitando, por exemplo, o desperdício de água e energia elétrica, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida;
- 8- Produzir material informativo, em parceria com a comunidade, no âmbito da utilização das habitações, especialmente no que diz respeito às unidades sanitárias e à rede de esgoto;
- 9- Estimular a busca de parcerias com o objetivo de dar continuidade em caráter permanente às ações de educação ambiental;
- 10- Divulgar informações, programas e projetos de natureza ambiental de modo a possibilitar a ampliação da consciência ecológica das populações;
- 11- Fomentar e implementar atividades educativas ligadas à separação e à reciclagem de resíduos sólidos;
- 12- Sugerir às lideranças comunitárias a organização de Fóruns Permanentes de Participação das Comunidades, juntamente com o Conselho Gestor, no âmbito da manutenção e consolidação do PIRF, salientando a importância da criação de comissões de acompanhamento de obras, de jovens, de mulheres e de outros interesses despertados pelo plano;
- 13- Apresentar e discutir ações de participação social nas etapas de pré-contratação, pré-obras, obras e pós-obras, conforme a Instrução Normativa

nº 8 do Ministério das Cidades, 26 de março de 2009, e a Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014, do mesmo Ministério, ou legislação mais recente, se houver;

- 14- Entregar e apresentar o Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social, contendo os indicadores construídos com a comunidade a partir da realidade da ZEIS.

METODOLOGIA PARA A REALIZAÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PLANO DE PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1ª Atividade – PLANEJAMENTO

- A seleção da equipe de Políticas Públicas será realizada entre os alunos do Departamento de Estudos Interdisciplinares, pertencente ao Núcleo de Apoio à Gestão Pública (NAGEP). Para a ZEIS-PICI, dois alunos bolsistas ficarão responsáveis pela recolha de informações e pelo estabelecimento de diálogo com a comunidade, além da permanência no escritório de campo em consonância com as demais equipes. Três outros bolsistas graduados ficarão responsáveis pelo apoio ao trabalho geral nas três ZEIS juntamente com as coordenadoras. A equipe participará das oficinas, das capacitações e da elaboração dos materiais informativos e mapas sociais;
- Organização de um cronograma de atividades a ZEIS;
- Reunião do grupo com membros do conselho para o agendamento das oficinas na ZEIS-PICI;
- Reunião com os Mobilizadores Sociais na comunidade.

2ª Atividade – MAPEAMENTOS

- Organizar um banco de dados no Núcleo de Apoio à Gestão Pública (NAGEP) com notícias, mapas, documentos e fotografias da ZEIS;

- Mapeamento das políticas públicas por meio de indicadores pré-estabelecidos nos três territórios e de desenvolvimento de mapas sociais em conjunto com a equipe da geografia. Nessa etapa utilizaremos o escritório de campo para estabelecer contato com a comunidade no recolhimento de informações sobre os indicadores. A recolha desses indicadores será realizada a partir de pesquisa bibliográfica em livros, artigos e periódicos; pesquisa online em redes sociais, sites e revistas; pesquisa de campo nas Secretarias Executivas Regionais e no Instituto de Planejamento de Fortaleza. Além disso foi definido o limite territorial dentro da ZEIS e no entorno de até 3km.

3ª Atividade – CAPACITAÇÃO E PRODUÇÃO DE MATERIAIS INFORMATIVOS

- As oficinas de capacitação e a elaboração dos materiais informativos serão realizadas no território da ZEIS-PICI em local a ser definido pela comunidade. O objetivo das oficinas é dialogar com as lideranças, mobilizadores sociais e Conselho Gestor sobre a importância das políticas públicas e da participação social no PIRF. O material construído constará no documento de Participação Social e será disponibilizado on-line.

4ª Atividade – CONSOLIDAÇÃO

- Entrega e apresentação do Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social, contendo os indicadores construídos com a comunidade a partir da realidade de cada ZEIS.

Essa etapa tem como produto o **PLANO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL** a ser entregue em **15 de dezembro de 2019**.

OITAVA ETAPA

COMPATIBILIZAÇÃO DOS PRODUTOS E FINALIZAÇÃO

Ao final dos produtos, serão feitas a integração e a compatibilização entre os documentos. O objetivo desta atividade é a confecção de um produto final que não será apenas a junção de produtos, mas também revisão das demais etapas do trabalho *versus* seus produtos, tendo em vista a elaboração definitiva do PIRF-PICI.

Em síntese, a finalização do processo de trabalho comportará as seguintes atividades:

- Compatibilização de produtos com os demais resultados das equipes colaboradoras;
- Elaboração de coletânea organizada pelos coordenadores contendo a experiência coletiva do trabalho;
- Elaboração de coletânea contendo narrativas de lideranças comunitárias sobre o trabalho da ZEIS-PICI;
- Apresentação de todos os planos/documentos para as comunidades;
- Elaboração de cartilha para as comunidades com os planos da ZEIS-PICI;
- Execução de maquete física do cenário de implementação dos planos;
- Elaboração de imagens/ilustrações e mapas do cenário planejado;
- Exposição de encerramento no Escritório de Campo;
- Estabelecimento de ações juntamente com as comunidades e IPLANFOR das diretrizes de ação pós-PIRF.

Essa etapa tem como produto a **COMPATIBILIZAÇÃO DOS PRODUTOS** a ser entregue em **10 de janeiro de 2020**.

SÍNTESE DOS PRODUTOS A SEREM APRESENTADOS E CRONOGRAMA

PRODUTOS	MÊS							
	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan
<i>Planejamento estratégico para elaboração do PIRF</i>	X							
<i>Diagnóstico socioeconômico, físico-ambiental, urbanístico e fundiário</i>					X			
<i>Minuta de Normatização especial de parcelamento, edificação, uso e ocupação do solo</i>						X		
<i>Plano de Regularização Fundiária</i>							X	
<i>Caderno do Plano Urbanístico</i>							X	
<i>Plano de Geração de Trabalho e Renda</i>							X	
<i>Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social</i>							X	
<i>Compatibilização dos produtos e finalização</i>								X

CONDIÇÕES IMPRESCINDÍVEIS AO ANDAMENTO DOS TRABALHOS

1. A estimativa da quantidade de imóveis na ZEIS do PICI considerou a média de área por unidade habitacional (em m²), multiplicado pela área territorial total da ZEIS supracitada (em m²), conforme apontado pelo levantamento realizado para elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza (PLHISFOR). O quantitativo considerado para a elaboração do orçamento não

condiz com o relatório da ZEIS apresentado pelo IPLANFOR/PMF, por considerar que esse documento não aborda o total de imóveis localizados no polígono de cada ZEIS em questão, mas contabiliza a quantidade de imóveis nos assentamentos precários identificados oficialmente e localizados dentro dos limites territoriais de cada ZEIS em pauta, subestimando a quantidade de imóveis e área total.

2. O desenvolvimento dos trabalhos depende plenamente do apoio e subsídio oferecido pela Prefeitura, bem como seu envolvimento de articulação com a comunidade por meio de seus órgãos competentes. A aceitação da comunidade, tanto nas reuniões iniciais como na condução dos trabalhos e na aprovação do PIRF, é condição para a entrega dos trabalhos. Observe-se que, dependendo das dificuldades encontradas, os prazos podem ser estendidos.

3. A equipe responsável se compromete à entrega dos produtos em condições ótimas de realização dos trabalhos, não se responsabilizando por eventuais problemas externos, com repercussões no andamento dos trabalhos. Esse fato pode acarretar a ampliação dos meses trabalhados.

4. As ações e os projetos não considerados na presente proposta poderão ser listados, para fins de elaboração, nos projetos técnicos de engenharia e de captação de recursos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. (org.). **Cartografias sociais e territórios**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ALMEIDA, B. F. M. A. de. **Cartografia Social e Conflitos Territoriais no Assentamento Sabaguaba, Amontada – Ceará**. Dissertação (Mestrado em Geografia) da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, UFC, 2018. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/34938>>. Acesso em: 19.12.2018.

ALMEIDA, A.W.B; SANTOS, G.S. **Estigmatização e Território**: Mapeamento situacional das comunidades e associações indígenas na cidade de Manaus. Editora

da Universidade Federal do Amazonas, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2008.

ARANGO, V.M. El mapa de lo invisible. Silencios y gramática del poder en la cartografía. **Universitas Humanística**, n. 63, 2007.

DE CASIMIRO, L. M. M. **Direito à Moradia no Brasil** - Política Urbana e Acesso por meio da Regularização Fundiária. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.

COLLINS, K; ISON, R. Dare we jump off Arnstein's ladder? Social learning as a new policy paradigm. In: Proceedings of PATH (**Participatory Approaches in Science & Technology**) Conference, 4-7 June 2006, Edinburgh. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/42793728_Dare_we_Jump_off_Arnstein's_Ladder_Social_Learning_as_a_New_Policy_Paradigm. Acesso em: 19.12.2018.

CRAMPTON, J.W; KRYGIER, J. An Introduction to Critical Cartography. **E-Journal Critical Geographies**, v. 4, n. 1, 2006.

GORAYEB, A; MEIRELES, A.J; SILVA, E.V. **Cartografia Social e Cidadania: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais**. Fortaleza, Expressão Gráfica Editora, 2015.

LE CORBUSIER. **Planejamento Urbano**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

LEAL, R. G. **A função social da propriedade e da cidade no Brasil**. Santa Cruz do Sul: Livraria do Advogado, 1998.

_____. **Direito Urbanístico** - Condições e Possibilidades da Constituição do Espaço Urbano. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

PAULSTON, R.G. **Social Cartography: Mapping Ways of Seeing Social and Educational Change**. Ed. Garland Publishing, 1996.

PELUSO, N. L. Whose woods are these? Counter-mapping forest territories in Kalimantan, Indonesia. **Antipode**, v. 27, n. 4, 1995.

PICKLES, J. Social and cultural cartographies and the spatial turn in social theory. **Journal of Historical Geography**, v. 25, n. 1, 1999.

SAULE JÚNIOR, N. **Novas perspectivas do direito urbanístico brasileiro- Ordenamento constitucional da política urbana. Aplicação e eficácia do plano diretor**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1997.

_____. **A Proteção jurídica da moradia nos assentamentos irregulares**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2004.